



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do seminário Latino-Americano da Rede de Acolhimento Familiar (Relaf)

Foz do Iguaçu-PR, 02 de setembro de 2010

Eu estava com a impressão, quando eu cheguei aqui, que era o mesmo público de ontem. Aí eu percebi que o mesmo público de ontem é o palanque. Aqui mudou muita gente.

Bem, primeiro eu quero cumprimentar dizendo *buona sera*, Padre Julianio, que está lá de Roma assistindo, ouvindo a abertura do nosso Seminário. Eu espero que depois de ouvir o Pessuti e a mim, ao Samek, a todas as pessoas, conte ao nosso amigo dom Cláudio Hummes, que está em Roma também, o está acontecendo em Foz do Iguaçu no dia de hoje.

Quero cumprimentar o nosso companheiro Pessuti, que se não tivesse entrado na política, certamente seria um cantador de música sertaneja, e dos bons, e dos bons. Já teria ganho tanto dinheiro, que teria aberto uma churrascaria em algum lugar aqui. Agora, as mulheres estão se manifestando contra a música do João de Barro, porque o João de Barro é um pouco machista, o bichinho botou para quebrar. Se tivesse a Lei Maria da Penha, ou a Lei Maria do João de Barro, ele ia saber o quanto era bom.

Quero cumprimentar a nossa querida ministra Gloria Rubín, da Secretaria da Mulher do Paraguai,

Os meus ministros Paulinho Vannuchi, Fernando Haddad, da Educação; Márcia Lopes, do Desenvolvimento; José Gomes Temporão, da Saúde; Paulo Bernardo, do Planejamento; João Santana, da Integração Nacional; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral; Alexandre Padilha, das Relações Institucionais; e Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Quero cumprimentar o nosso querido, e sempre companheiro, Paulo



Ghisi, prefeito de Foz do Iguaçu. É possível (incompreensível) papel, colar assim? E eu não posso pôr a mão na língua porque a imprensa vai tirar fotografia.

Quero cumprimentar a companheira Matilde Luna, presidente da Relaf,
Cumprimentar o companheiro Gustavo Cotas, diretor-geral da Itaipu Binacional, nosso querido representante do Paraguai,

Nosso querido companheiro Jorge Samek, diretor-geral da Itaipu Binacional, representando o Brasil,

Quero cumprimentar a Ivânia Ferronato, coordenadora-geral da Rede Proteger,

Quero cumprimentar a Thelma de Oliveira, secretária estadual da Criança e do Adolescente,

Cumprimentar os companheiros e companheiras integrantes da Relaf,

Quero cumprimentar os caros integrantes da Orquestra Paranaense de Viola [Caipira], da Fundação Acir Gurgacz,

Quero cumprimentar os jornalistas,

Cumprimentar os prefeitos que estão aqui: está o Moacir Froehlich, de Cândido Rondon; está o Edgar Bueno, de Cascavel; o Armando Polita, de São Miguel do Iguaçu; a Ana Carlessi, de Santa Terezinha de Itaipu; a Maria Rita Schmidt [Rita Maria Schimidt], de Santa Helena; a Inês Dias [Gomes], de Diamante D'Oeste; e Telles, de Céu Azul. Se faltou alguém, me desculpem, porque foi o Pessuti que me passou a nominata.

Eu estou numa dúvida mortal porque eu estou com um discursinho bem feito, Paulinho, e eu estou com medo que o coração não fale tão bem quanto o meu discurso. Eu vou ver se leio o discurso, se não agradar no discurso, eu vou ficar olhando para vocês. Eu tentarei complementar com alguma coisa a mais, sempre levando em conta que nós ainda temos que fazer o ato de inauguração da Unila, e lembrando que nós temos que inaugurar uma UPA, e



lembrando que temos outras coisas.

Bem, nossa presença aqui hoje reafirma o compromisso do governo brasileiro de garantir a proteção integral a essa parcela mais vulnerável da população, que são as crianças e os adolescentes. Todos aqui sabemos que a família é o ambiente mais favorável ao desenvolvimento completo de uma criança, e não há dúvida de que ela exerce influência decisiva na formação dos indivíduos. É por isso que temos defendido a necessidade de dar apoio cada vez maior às famílias, conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 20 anos de existência em julho, oportunidade em o que nosso governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei combatendo os castigos físicos às crianças. Fomos criticados por isso, porque disseram que nós estávamos querendo ter ingerência no território da habitação das pessoas.

A convivência familiar e comunitária deve ser articulada com outros direitos sociais, como saúde, educação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, entre outros. Quando os direitos de meninos e meninas são violados, seja por agressão física ou psicológica, seja pela negação de suas necessidades básicas, o nosso próprio futuro é que está comprometido. É necessário empenho de toda a sociedade – governos, empresas, igrejas, sindicatos, movimentos sociais, ONGs – para defender com o máximo rigor os direitos das nossas crianças e adolescentes.

Para isso, estamos fortalecendo o nosso engajamento supranacional e a integração regional, que se expressam com força neste Seminário Latino-Americano, um espaço extraordinário de debates, reflexões e troca de experiências. Aliás, o Marco de Proteção de Crianças e Adolescentes da Tríplice Fronteira inaugurado hoje é também resultado desse engajamento. Ele reflete nosso esforço conjunto em cuidar melhor das gerações presentes e das gerações futuras. Este seminário coroa uma trajetória marcada por muitas conquistas do Brasil na condução de políticas públicas voltadas à garantia dos



direitos de crianças e adolescentes, e ao fortalecimento da família.

Em 2003, a Secretaria de Direitos Humanos e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, realizaram uma pesquisa para conhecer melhor a qualidade dos serviços prestados pelos abrigos que recebiam recursos federais. E, infelizmente, foram constatadas violações ao direito à convivência familiar comunitária. Diante desse cenário de vulnerabilidade, foi constituído um grupo intersetorial com a participação do governo federal e de vários representantes da sociedade, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Por conta dessa iniciativa, o Brasil liderou o processo de elaboração das Diretrizes das Nações Unidas [sobre Emprego e Condições Adequadas] para [de] Cuidados Alternativos de Crianças, documento aprovado pela Assembleia Geral no início deste ano. Tanto as Diretrizes quanto o Plano Nacional estabelecem a necessidade imperiosa de reformulação dessas instituições que acolhem grande número de crianças. Elas destacam também o caráter de excepcionalidade e brevidade dos cuidados alternativos. No caso da adoção, sancionamos, em agosto de 2009, a nova lei nacional. Trata-se de um marco legal que assegura o direito à convivência familiar e comunitária.

Antes disso, em 2008, o Conselho Nacional de Justiça criou o Cadastro Nacional de Adoção. O Cadastro é uma ferramenta valiosíssima para os juízes das Varas da Infância e da Juventude, que têm a responsabilidade de decidir o curso desses processos.

Outro cadastro muito importante é o de crianças e adolescentes desaparecidos [Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos]. Além de agilizar o trabalho da polícia, ele contribui para a identificação dos casos de desaparecimento e possibilita a adoção de medidas preventivas.

Há várias outras ações em andamento, para que possamos aprimorar cada vez mais as políticas públicas específicas para esses grupos



historicamente negligenciados. A Secretaria de Direitos Humanos está realizando o primeiro censo nacional de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. O censo chegará a todas as capitais e municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes. O objetivo é conhecer os motivos que as levaram a essa situação.

Temos nos esforçado no diálogo com o Poder Legislativo para que seja aprovado com rapidez nosso projeto que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, iniciativa verdadeiramente histórica para que o Brasil assegure a reeducação e a plena reintegração social aos adolescentes em conflitos com a lei.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está elaborando outro censo nacional. Este censo deverá tirar uma radiografia precisa da situação dos abrigos no país e estabelecer uma estratégia de reordenamento à luz do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Paralelamente a todas as políticas que vêm sendo conduzidas, ampliamos um dos maiores programas de transferência de renda do mundo: o Bolsa-Família, que atende hoje mais de 12 milhões de famílias, como disse a nossa querida companheira Márcia. O Bolsa-Família resgata a dignidade de milhões de brasileiros e devolve a eles a capacidade de sonhar. Mais do que isso, ele permite que nossas crianças cresçam em um ambiente familiar sadio e mais estruturado.

No ano passado, celebramos os 20 anos de implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e podemos dizer, com orgulho, que fomos o primeiro país a incorporar os princípios da convenção em suas leis. Somos, hoje, referência internacional na erradicação da pobreza, no enfrentamento do trabalho infantil, e da exploração sexual e na diminuição da mortalidade... Queremos e podemos fazer mais e, para isso, estamos certos de que esse intercâmbio é essencial para avançarmos mais, com mais rapidez. Gostaria de destacar o papel fundamental da sociedade civil, que tem



contribuído de forma extraordinária na apresentação de pautas relevantes ao governo federal.

Quero também dar os meus parabéns a todos os que estão engajados nessa causa, especialmente aqueles que tornaram possível a realização desse seminário. Já se disse que a sabedoria de um povo pode ser medida pelo modo como se trata as suas crianças, que o Brasil seja capaz de proteger e valorizar a criança, sobretudo a infância pobre, respeitando a sua dignidade. Não existe outro alicerce mais sólido para construir uma grande nação.

Meus companheiros e companheiras,

Eu poderia ser testemunha do que muitos dos companheiros disseram aqui, mas é importante que a gente tenha a clareza de que cuidar da família, hoje, é tão importante quanto cuidar da economia. Houve um tempo em que, no Brasil, as pessoas diziam que era preciso criar um novo modelo de desenvolvimento, uma nova política econômica, e que estaria tudo resolvido. Eu aprendi que um dos principais problemas que nós construímos no Brasil, sobretudo naquelas décadas que nós considerávamos as décadas perdidas, foi a desestruturação da estrutura da família no país, um pouco causado pela pobreza; a pobreza não justifica tudo, mas a pobreza é como se fosse um caminho cheio de espinhos que por mais que a gente tome cuidado, a gente sempre está arriscado a pisar no espinho. Eu digo isso porque a estrutura familiar, ela foi muito importante para mim, muito. Eu digo sempre que graças ao tratamento que eu recebi da minha mãe, uma mulher que nasceu e que morreu analfabeta, ela não sabia fazer um “o” com o copo, mas uma mulher que com oito filhos não permitiu que nenhum deles desvirtuasse dos objetivos que ela tinha traçado para os seus filhos, que era transformá-los em cidadãos trabalhadores e honestos.

Eu fui o primeiro a ter um curso profissional, eu fui o primeiro a ter uma casa própria, eu fui o primeiro a ter uma televisão, eu fui o primeiro a ter uma geladeira, eu fui o primeiro a ter um carro. Tudo isso porque, dentre os oito



filhos, eu aprendi uma profissão. E eu fico imaginando, se você não tem uma estrutura familiar sadia, se o pai e a mãe estão vivendo um processo de degradação da convivência, isso repercute imediatamente no comportamento do filho. Uma casa, por mais pobre que ela seja, ela tem que ser uma espécie de amparo seguro para quem vive situações muito difíceis. Quando o pai e a mãe brigam, quando o Estado não cumpre com as suas obrigações, a tendência natural da maioria dos meninos de rua é não quererem voltar para casa. A casa não é o lugar mais seguro, ora porque o padrasto bebe e bate na mãe, ora porque a mãe bebe e bate no padrasto, ora porque a família briga o tempo inteiro, ora porque os dois batem nessa criança, e essa criança não se sente confortável, em espécie alguma, voltando para casa. Às vezes, um banco de praça, uma sarjeta, dá mais tranquilidade a essa criança do que o retorno à casa. Daí por que é sagrada a estrutura da família.

Eu conto isso, Paulinho, e já te contei várias vezes, eu tinha mais ou menos dez anos de idade e eu andava muito para estudar numa escola chamada Visconde de Itaúna, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, andava muito mesmo, andava a pé, porque não tinha dinheiro para a condução e, em uma quinta-feira... toda quinta-feira, eu passava em uma rua que tinha feira e, naquele tempo, a gente não tinha maçã no Brasil, tinha umas maçãs argentinas, umas maçãs bonitas, bonitas. E qual era a criança que não tinha vontade de comer uma maçã argentina? Eu passava na feira e, naquele tempo, se a gente roubasse uma maçã, certamente o feirante não matava a gente, como ocorre hoje, muitas vezes a polícia não atiraria na gente por causa de uma maçã, como ocorre hoje, e eu não tinha coragem de roubar uma maçã, mesmo quando tinha oportunidade, porque eu tinha medo de envergonhar a minha mãe. Essa é a importância sagrada que, sobretudo, a mãe, dentro da família, tem na formação do caráter dos seus filhos. É quando essa criança está comendo ou bebendo pelo cordão umbilical que está formando o seu caráter. Ela sai dali um pouco com aquilo que ela vai ser no seu futuro, e pode



ser mudada, em função da diversidade que esta criança receber, quando estiver fora da barriga da sua mãe.

Então, eu acho que, durante muito tempo, o Estado brasileiro cometeu o gravíssimo erro de achar que era possível recuperar as crianças, sem recuperar as famílias, que era a origem dos problemas das crianças. Não era a criança que era o problema para os pais. Muitas vezes é preciso descobrir se não são os pais que são os problemas para os filhos. Normalmente nós tratamos as coisas com muita facilidade, porque é muito mais fácil empurrar, é muito mais fácil culpar o outro, do que a gente perguntar a gente mesmo, de vez em quando, se olhando no espelho: “Será que eu estou cumprindo com o meu papel adequadamente?”. Quando um filho fuma maconha... Ah, é mais fácil jogar a culpa no vizinho, é mais fácil jogar a culpa na escola, é mais fácil jogar a culpa nos amigos ou, quando ele faz qualquer outra coisa errada, a gente procura sempre alguém para que a gente fique com a consciência tranquila. Se o nosso companheiro Samek errou, é o Lula que é culpado. É mais fácil. Eu vou deitar com a cabeça tranquila e falo: “Olhe, tem alguém culpado pelo erro do meu filho”. A gente nunca... a gente nunca pergunta para o nosso filho... E eu poderia perguntar - que eu sei que tem muitos pais aqui, ... pessoas preocupadas com crianças e com adolescentes - quantas vezes por mês a gente senta dez minutos com nossos filhos para perguntar alguma coisa sobre os problemas deles. Não precisa a gente ficar procurando culpado. Vamos fazer uma autopsicanálise conosco mesmos. Ou seja, quantos dias eu converso com o meu filho por semana, quantas horas eu converso por mês? Porque, normalmente, quando ele não está bem na escola, a primeira coisa que a gente faz é chamá-lo de burro, de preguiçoso, de vagabundo, que não estuda. Quantas vezes nós temos paciência de sentar com ele e falar: “Escuta aqui, o que é que está acontecendo? Algum problema? Eu posso ajudar?”. Imagine a gravidade disso, não na classe média, imagine a gravidade disso nas famílias mais pobres, onde um filho que está na terceira série, que não



sabe nada, sabe mais do que o pai e a mãe, que sabem menos do que ele.

Aí, meu companheiro Paulinho, minha companheira Márcia, é que entra o papel do Estado, não para substituir a família, mas para ter um papel indutor, de criar as condições que essas crianças possam ter a ajuda necessária, fora de casa, que não tiveram dentro de casa.

Fernando Haddad sabe quantas vezes eu pedi para ele o reforço escolar, porque um filho de classe média, ele chega em casa, tem uma tarefa para fazer e ele não sabe, para ele é muito fácil: pega o pai, que é engenheiro, ou a mãe, que é professora, senta ali com ele e consegue ensiná-lo a fazer a tarefa de casa. E uma criança que tem o pai e a mãe analfabetos, que chega com a tarefa em casa e que não sabe fazer, ela vai perguntar para quem? Ela vai chegar no outro dia, na escola, com vergonha de dizer que não fez, com vergonha de dizer que não sabe, e, se ela não souber um dia, um dia, outro dia, outro dia, uma semana, um mês, um mês, ela não consegue aprender. Aí é que entra o papel do Estado, de garantir que essa criança, que não tem dentro de casa as possibilidades que outros têm, que tenha na escola essa extensão familiar para dar para ela a oportunidade, o horizonte de que ninguém é mais burro do que ninguém, de que ninguém sabe mais do que o outro. A gente tem mais ou menos oportunidade, a gente tem mais ou menos chance, mas todos, se tiverem chances, podem ser iguais.

Eu acho que é essa a questão que está colocada para todos nós. Eu quero dizer aqui, a todos vocês: esses dias veio uma lei para eu sancionar, que era para reduzir a jornada de trabalho de assistente social para 30 horas. Eu, eu confesso a vocês que eu era contra, não ia sancionar, não ia sancionar a lei porque, se o problema é porque ganha pouco, precisa de outro emprego, vamos arrumar aumento de salário. Mas aí eu liguei, liguei para a Márcia e falei: Márcia, eu estou aqui, com a lei na minha frente... Não precisou nem ligar para a Nilcéa. Liguei para a Márcia, e a Márcia: “É, Presidente, o senhor é que sabe, mas, olha, as coitadinhas trabalham... Pode ser que algumas ganhem



bem, mas a maioria ganha mal e cuida de problemas, Presidente. Tem muita criança com problema, é muito presidiário com problema, é muito não sei o quê com problema, é muito doente mental com problema, é muita...”. Eu fiquei com tanta dó. O Gilberto Carvalho já tinha comunicado a ela que eu não ia sancionar. Aí eu falei: Gilberto, telefone para ela e diga que eu sancionei, porque eu fiquei convencido, fiquei convencido disso.

Eu quero, eu quero agradecer o trabalho extraordinário que fazem os conselhos tutelares por este país afora, mas, sobretudo, eu queria fazer um chamamento a todos nós aqui; a mim, como Presidente, e a todos que estão aqui. Estejam certos, estejam certos de que o problema está na estrutura da família. Estejam certos. Nós, de vez em quando, precisamos fazer uma reflexão, porque a gente tem capacidade de analisar tudo. A gente elege presidente, a gente elege governador, elege prefeito, elege vereador, a gente elege um monte de coisa. De vez em quando, nós precisamos parar e dar um tempo para nós, parar e dar um tempo, conversar entre família, porque a gente não tem essa chance. Nós não temos uma TV que educa as pessoas. Quer dizer, a gente poderia contar - nem na minha mão de quatro dedos - quais são os programas educativos, em que uma criança liga a televisão e ela vai ter uma coisa realmente educativa, que ela possa gostar. Pelo contrário, ela vê tiros das cinco da manhã à meia-noite, e, hoje... Antigamente, a mãe poderia desligar a televisão; hoje, com controle remoto, a molecada é que toma conta. E nós achamos que não é conosco. O moleque liga a televisão, tem sexo às sete da manhã, às oito da manhã, às nove da noite. Às dez da noite já tem (incompreensível), já tem mais, já tem... e ninguém tem controle, ninguém tem controle, e nós achamos que isso não é conosco.

Então, eu queria terminar contando uma história, Paulinho, que, um dia, o cara me contou numa campanha eleitoral, e eu nunca contei essa história, porque, toda vez que eu ia contar, eu chorava e eu acho que, hoje, eu estou preparado para não chorar. Mas é que diz que tinha uma criança que, todo dia,



o pai, que era que nem o Edésio, assim, advogado, conselheiro de Itaipu, que chegava em casa, toda noite, a criança queria conversar, o pai ligava a televisão, ficava vendo jornal, e o pai falava: “Eu não tenho tempo”. Aí passava semana, horas, sábado e domingo, o pai estava sempre sentado à frente da televisão, sempre fazendo uma coisa e falava: “Eu não tenho tempo, eu não tenho tempo”. Aí, quando foi um dia... O pai falava para o filho: “Você não percebe que eu estou trabalhando? Você não percebe que eu estou trabalhando?”. Aí, um dia, o filho perguntou ao pai: “Pai, quanto custa a sua hora de trabalho?”. Aí o pai falou: “Olha, custa R\$ 50 - Itaipu paga mal -, R\$ 50”. Aí o cara falou: “Você me dá R\$ 50?”, o filho pediu para o pai. O pai perguntou: “Por que você quer R\$ 50?”. Aí o filho falou: “Porque eu quero comprar uma hora de trabalho sua para você me ouvir”. É isso que nós não fazemos, nós não ouvimos. Nós pensamos que ouvimos, mas nós não ouvimos. E agora temos que enfrentar uma coisa que nenhum de nós está preparado, Paulinho, que envolve as crianças, que é a questão do crack. O crack é uma doença mais grave do que todas as que nós conhecemos até agora, que envolvia a droga. E o crack aumenta na medida em que aumenta o combate à cocaína, porque, na medida em que você não consegue produzir a cocaína, a pasta pura é mais barata e é mais mortal, e nós não temos especialidade, ainda, no Brasil. Nós estamos começando agora a cuidar disso, colocamos R\$ 410 milhões no orçamento para cuidar, envolvemos vários ministérios nisso, mas é um trabalho que só será feito... Nós vamos passar dinheiro para as prefeituras, porque, no fundo, no fundo, lá de Brasília a gente não tem condições de cuidar disso. São os prefeitos e a sociedade organizada, em cada município, que vai cuidar disso, senão a gente não acaba com isso. Com uma diferença: é que, uma vez utilizado o crack, a dependência vira total, e nós ainda não temos estudo científico em nenhum país do mundo, Paulinho, de como a gente resolver esse problema. Nós estamos com um grupo de jovens, acho que 450, em vários lugares do Brasil, sendo testados, a gente



pesquisado, para ver se a gente encontra um jeito, primeiro, de ajudar a combater o crack, mas, sobretudo, de não permitir que essa peste caia na mão de crianças e, sobretudo, das crianças mais vulneráveis, que são as mais pobres. Ou seja, muitas vezes é o jeito de fugir do sofrimento.

Então, eu acho que esse é um compromisso que vocês deveriam tirar deste encontro também. A gente fazer uma verdadeira campanha, para ver se a gente consegue erradicar o crack. Nós vamos fazer convênios com os governos fronteiriços, para ver se a gente aumenta, e muito, a fiscalização nas nossas fronteiras, mas, sobretudo, se os prefeitos não se engajarem, as igrejas, a sociedade, os sindicatos, a gente vai ter muitos problemas daqui para a frente.

Eu quero terminar dando os parabéns, mais uma vez, a todos que trabalharam na organização e a todos vocês que se levantam todo santo dia preocupados em estender a mão para alguém que está precisando mais receber do que dar.

Um abraço e boa sorte!

(\$211A)